

PESQUISADORES PROMOVEM MANIFESTO EM DEFESA DOS INSTITUTOS PÚBLICOS NO PRÓXIMO DIA 21, NA ALESP

Apesar da liminar expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no dia 7 de junho, que barra provisoriamente a alienação dos 79 imóveis do Estado, Associação dos Pesquisadores continua na luta para manter ativos os Institutos de Pesquisa.

A Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC) promove nesta terça (21) um manifesto em prol da defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). Apesar da liminar expedida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que veta provisoriamente a venda dos terrenos onde ficam os Institutos, a luta pela permanência deles continua.

Depois de tentar fechar escolas estaduais e de ter autorizado a concessão de 25 parques públicos à iniciativa privada – que vai poder explorar madeira e subprodutos florestais livremente por 30 anos -, no mês de abril o governador do estado de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB-SP) encaminhou para a ALESP, em caráter de urgência, o projeto de lei 328/16, que prevê a venda, a princípio, de 16 áreas dos Institutos de Pesquisa para a iniciativa privada (shoppings, incorporadoras e aeroportos, por exemplo). A justificativa é que, com a arrecadação desse dinheiro, o estado consiga o suficiente para poder reduzir impostos.

O manifesto na ALESP será só mais uma das várias reuniões informais (sem a presença de representantes do Governo) que a organização vem fazendo, a fim de divulgar a situação, debater as pautas e discutir sua posição contra a PL 328, que pretende colocar à venda áreas pertencentes à Secretaria da Agricultura.

No dia 21, a manifestação será realizada em frente à ALESP, reivindicando a revitalização dos Institutos de Pesquisa (IPs), reposição dos quadros funcionais, aumento da verba destinada aos IPs, recomposição salarial e repúdio à PL 328. O ato vai começar às 11h, com um abraço simbólico na Assembleia. O próximo passo devem ser as reuniões com representantes do Governo para que se discuta a necessidade ou não de venda desses terrenos, algo que está previsto em lei e deveria ter sido feito desde o começo.

Entenda o caso

O governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, encaminhou à Assembleia Legislativa, em 14 de abril de 2016, o Projeto de Lei Nº 328, de 2016, que pretende alienar imóveis pertencentes à gestão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo sem audiência da comunidade científica.

De acordo com o Art. 272 da Constituição Estadual/SP, “O patrimônio físico, cultural e científicos dos museus, institutos e centro de pesquisa da administração direta, indireta e fundacional são inalienáveis e intransferíveis, sem audiência da comunidade científica e aprovação prévia do Poder Legislativo”.

O PL 328 é inconstitucional?

Os imóveis contidos no Anexo II do projeto de lei são imóveis pertencentes à Fazenda do Estado de São Paulo – Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Todos são administrados pela Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e são de grande utilidade e serventia ao exercício das atividades estatais, podendo impulsionar o crescimento econômico do Estado de São Paulo.

Os imóveis correspondem a um Centro Avançado de Pesquisas do Instituto Agrônomo, partes do Centro Experimental do Instituto Biológico, parte da sede do Instituto de Zootecnia, partes de sede de três Polos de Desenvolvimento Regional, partes ou a totalidade de seis unidades de Pesquisa e Desenvolvimento, dentre outros.

O presidente da Associação dos Pesquisadores, Joaquim Adelino Filho, explica que esses imóveis são utilizados para atingir a finalidade para a qual foi criada APTA, “que tem como missão gerar, adaptar e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos para os agronegócios, visando o desenvolvimento socioeconômico e o equilíbrio do meio ambiente”, conforme artigo 2º do Decreto nº 46.488/2002. “Os imóveis contidos no anexo II, com exceção de Presidente Prudente, tratam do patrimônio físico, cultural e científico dos museus, institutos e centros de pesquisa da Administração Direta, protegidos pelo artigo 272 da Constituição Estadual do Estado de São Paulo, sendo inalienáveis e intransferíveis, sem audiência da comunidade científica e aprovação prévia do Poder Legislativo”, esclarece Joaquim.

A falta de audiência pública com a comunidade científica enseja vício de inconstitucionalidade diretamente relacionado ao aspecto formal e procedimental da atuação do Poder Legislativo.

Inalienabilidade de bem de uso especial

De acordo com a advogada da APqC, Helena Goldman, os bens imóveis são de uso especial, portanto são inalienáveis, conforme consta no artigo 100 do Código Civil. “Todos os bens contidos no anexo II são de uso especial e, portanto, não podem ser alienados e devem ser excluídos do projeto de lei”, explica.

“Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.”

Ilegalidade do Artigo 11 da PL

Para o presidente da APqC, o artigo 11 do Projeto de Lei nº328 de 2016 confere um verdadeiro “cheque em branco” ao Poder Executivo, na medida em que permite a venda, sem prévia autorização individualizada, de imóveis com área igual ou inferior a cinco mil metros quadrados, conforme já ressaltado na emenda n.º 1 de autoria do Deputado Carlo Giannazi.

“Artigo 11 – Sem prejuízo dos bens patrimoniais arrolados nesta lei, o Poder Executivo fica autorizado, observada a legislação aplicável, a alienar imóveis:

I - cuja área de terreno seja igual ou inferior a 5.000 (cinco mil) metros quadrados;”

No inciso II do artigo, o projeto de lei autoriza o poder público a alienar imóveis de quaisquer dimensões, em favor dos municípios paulistas, da União, de entidades da administração descentralizada ou de empresas sob controle dos municípios, do Estado ou da União, para

utilização em programas e ações de interesse público. “Ou seja, trata-se de outro “ cheque em branco” ao governador, esclarece Joaquim Adelino.

A advogada da APqC explica ainda que a alienação de bens públicos deve seguir o que estabelece o art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou seja, a venda de bens da administração direta sempre será subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, deve ser precedida de avaliação, dependendo de autorização legislativa e de licitação na modalidade de concorrência. “A autorização legislativa realizada de modo em abstrato é ilegal, pois a cada caso a alienação deve ser precedida de autorização legislativa que analisará o interesse público e avaliação”, conclui Helena Goldman.

Conheça as áreas que estão na lista de alienação:

Centro de Engenharia e Automação (CEA) – Jundiaí/SP:

Em uma área de 110 ha, com 12 pesquisadores e 22 funcionários de apoio, o Centro de Engenharia e Automação do Instituto Agrônômico está localizado em uma área nobre de Jundiaí. Com 40 projetos em andamento, o CEA conta com máquinas, equipamentos e componentes agrícolas para o desenvolvimento de protótipos, avaliação de desempenho, desenvolvimento de método de ensaio, participação na elaboração de normas técnicas (ABNT, ISO); além da engenharia de biosistemas: interação máquina – planta – ambiente; tecnologia de aplicação de insumos agrícolas: avaliação e desenvolvimento da qualidade na aplicação de agrotóxicos, corretivos, fertilizantes e adjuvantes visando maior eficiência e proteção ambiental; otimização do uso da água em pulverizações; segurança no trabalho rural: avaliação das condições de segurança em máquinas agrícolas, sistemas operacionais e equipamentos de proteção; tecnologia pós-colheita: otimiza e desenvolve técnicas para o prolongamento da vida útil, de seleção e classificação de frutas, hortaliças e plantas ornamentais; tecnologia da informação: desenvolvimento de tecnologias para a gestão do conhecimento, instrumentação para monitoração e aquisição de dados em máquinas e atividades agrícolas; e gestão agroambiental: estuda e desenvolve modelos de gestão para inserção da variável ambiental e da qualidade em sistemas produtivos, desenvolvendo métodos e realizando diagnósticos dos meios físico, biótico e antrópico.

Entre as importantes pesquisas já desenvolvidas no CEA, estão a melhoria da qualidade de vestimentas de proteção para aplicadores de agrotóxicos; a concepção e desenvolvimento de máquinas para aplicação na poda, pré-poda de vinhedos; o desenvolvimento de metodologias que contribuem para a normalização internacional de equipamentos de proteção individual (ISO 27065, ISO 17491-4, ISO DIS 19889 e ISO 19918); o desenvolvimento de tecnologias (métodos e equipamentos) para avaliação de operações agrícolas; estudos de injúrias mecânicas e de qualidade de frutas; estudos de técnicas de análise de imagens digitais para classificação de frutas; avaliação do desempenho de máquinas agrícolas; subsídios para a gestão agroambiental das áreas de mananciais de municípios da região de Jundiaí; desenvolvimento de métodos para análise funcional de adjuvantes da pulverização (interferência na deriva, efeito adesivante, ação na tensão superficial, espalhamento em superfícies vegetais e efeito sobre a evaporação da calda de aplicação); avaliação da qualidade de pulverizadores em uso na cultura da cana-de-açúcar por meio da ISO 16122; PROVAR: Programa de valorização do uso da água em pulverizações agrícolas; estudos de técnicas de análise de imagens digitais para interpretação de resultados de ensaios de campo e laboratório com pulverizadores agrícolas; estudo de dupla poda da videira e novos sistemas de condução; desenvolvimento de protótipos para plantio mecanizado da videira e movimentação de mourão; concepção e desenvolvimento de máquinas para desfolha da videira; estudo de aplicação de infravermelho na viticultura visando viticultura de precisão; concepção e

desenvolvimento de protótipos para mapeamento da qualidade de solo e da produção vitícola; e concepção de protótipo para manejo mecanizado da cultura do pêssego.

Entre os benefícios já gerados pelas pesquisas no CEA, estão a geração de tecnologia para aplicação em processos de mecanização agrícola e na melhoria da qualidade e segurança das máquinas e implementos disponibilizados ao agricultor; o manejo sustentável do uso do solo e da água, evitando erosão e recuperação de áreas degradadas, recomposição de áreas de preservação permanente (APP) e mata ciliar; base técnica para desenvolvimento pelo Ministério do Trabalho e Emprego da atual legislação sobre Segurança em Máquinas Agrícolas (NR 12 e NR 31) e Qualidade de Equipamentos de Proteção Individual (Portaria 452 de 20/11/2014); 4) Geração de tecnologia para redução da utilização de água e produtos na aplicação de defensivos em diferentes culturas); melhor conhecimento por fabricantes e agricultores das capacidades dos adjuvantes da pulverização, permitindo uma recomendação técnica e segura; treinamento e aperfeiçoamento ao nível técnico, graduação e pós-graduação com as universidades limítrofes (USP, UNICAMP, UNESP, UFSCAR, FAFRAM); transferência de tecnologias (dias de campo, consultas técnicas, educação ambiental para escolas de nível primário e médio); treinamento a mais de 5.000 trabalhadores rurais anualmente, nas áreas de tecnologia e segurança na aplicação de agrotóxicos, resultando em melhor qualidade da aplicação, menor contaminação do trabalhador, do ambiente e do alimento; e prestação de serviços: análises da qualidade de vestimentas de proteção para aplicadores de agrotóxicos; análise da qualidade funcional de adjuvantes.

Instituto de Zootecnia (Nova Odessa/SP):

Localizado entre os municípios de Nova Odessa e Americana (na região do Polo Têxtil da RMC), a área do IZ é uma das últimas sem urbanização, importantíssima em relação aos serviços ecossistêmicos que produz para a sociedade. Nova Odessa, "Cidade do Verde" tem apenas 2% de remanescentes da floresta original, todas em áreas internas do IZ.

A área proposta para alienação corresponde a 27 hectares - área marginal ao Ribeirão Quilombo (parte é APP) onde há instalações de antigo frigorífico (abatedouro) utilizado em parceria com o IZ por empresa privada, que após falência, fraudes e litígio judicial, foi abandonada por mais de 10 anos até liberação pela justiça, o que causou enormes danos à infraestrutura existente, dificultando a sua reutilização pelo IZ. A principal linha de pesquisa é a Produção Animal Sustentável (Zootecnia) - Forragicultura, Ovinocultura, Avicultura, Bovinocultura Leiteira e de Corte, Análise de Alimentos e Nutrição Animal, Genética e reprodução animal, entre outras. O BIOMA IZ é uma proposta ambiental que já foi aprovada e o Hospital Veterinário Regional é uma proposta em discussão para utilização da infraestrutura existente para instalação do departamento de zoonoses de Nova Odessa e do funcionamento de um hospital veterinário regional.

A área é parte integrante do projeto BIOMA IZ, que tem recursos garantidos mas ainda não liberados. A unidade de pesquisa do IZ de Nova Odessa, pelos projetos de pesquisa desenvolvidos no passado e que ainda continuam sendo produzidos com extrema relevância, pode e deve agregar valor a instituição através de outras funções que não a produção científica, que entendemos ser de fundamental importância para a sociedade local. A sua preservação ambiental concomitante a sua excelência científica é de fundamental importância face a grande urbanização e impermeabilização do solo da região, bem como a sua utilização como um grande laboratório de ciências para ser utilizado pela sociedade, contribuindo para sua valorização, integração entre o rural e o urbano e a sua preservação pela sociedade

Polo Regional Centro Oeste (Brotas/SP):

Com área equivalente a 69,76 ha e criado em 1964, o Polo Regional Centro Oeste da APTA, localizado em Brotas, possui importantes projetos em Avicultura e Forragicultura. Possui atualmente 2 pesquisadores e 2 funcionários de apoio. São 10 os projetos em andamento.

Na área de Avicultura, destacam-se a criação de aves no sistema tipo caipira: avaliação de sistemas de criação, de produtos alternativos ao uso de antibióticos e de subprodutos

agroindustriais na alimentação; avaliação de produtos alternativos na alimentação sobre as características de desempenho, rendimento de carcaça qualidade de ovos e saúde de aves: manejo e bem estar animal; e nutrição de frangos de corte e aves poedeiras (galinhas e codornas). Já na área de Forragicultura, destacam-se a avaliação de plantas forrageiras; sistemas produtivos com pastagens consorciadas; e sustentabilidade em sistemas de produção a pasto.

Entre os benefícios à sociedade, estão a geração de tecnologia para criação de aves tipo caipira; o manejo sustentável em bioma de solo de cerrado; o treinamento e aperfeiçoamento ao nível técnico, graduação e pós-graduação com as universidades; a transferência de tecnologias (dias de campo e consultas técnicas); a prestação de serviços (desenvolvimento de projetos para registro de produtos no MAPA, e outros produtos tecnológicos).

Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Gália/SP:

Com um total de quase 68 hectares, a Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Gália foi originalmente criada para o desenvolvimento de tecnologias na área de Sericicultura. Atualmente a proposta da Instituição é a execução de um Programa de Pesquisa voltado à diversificação de atividades, com ênfase na Agricultura Familiar. Desenvolve estudos nas áreas de produção da amoreira (sericicultura, compostos fitoterápicos, forrageira animal), cana-de-açúcar forrageira, consórcio café/macadâmia, criação do bicho-da-seda, sistemas silvipastoris e ovinocultura.

Hoje, a UPD/Gália possui seis projetos registrados, em andamento: Banco ativo de germoplasma (bag) de amoreira, Desenvolvimento de medicamento fitoterápico com folhas de *Morus Alba* (Moraceae) para tratamento do climatério; Etapas tecnológicas para incremento da produção de gado por meio de sistema silvipastoril; Alimentação animal com cana-de-açúcar do Programa Cana IAC na região de Galia; Alternativas para ampliação da renda da cafeicultura no Estado de São Paulo: Consórcio de cafeeiro Arábica e Nogueira Macadâmia.

Polo Regional Centro Sul (Piracicaba):

Com 124 ha, localizado em Piracicaba, o Polo Regional Centro Sul tem como principais linhas de pesquisa as novas variedades de Cana-de-açúcar, adubação, nutrição, uso de resíduos, manejo de pragas e doenças, cachaça e impactos ambientais; a recuperação de áreas degradadas, contaminação do solo e água, recomposição de áreas de preservação permanente (APP) e mata ciliar, educação ambiental; e a agricultura orgânica e familiar.

Polo Regional Centro Leste (Ribeirão Preto):

Com mais de 300 ha, o Polo Regional Centro Leste possui atualmente um quadro de 15 pesquisadores e 25 funcionários de apoio. Entre as linhas de pesquisa estão o Leite Biofortificado; a assistência técnica e agricultura familiar em propriedades leiteiras; taxonomia e sistemática de pragas e inimigos naturais; manejo integrado de pragas e controle biológico; e imunoenaios aplicados à produção de alimentos e segurança alimentar. Entre os benefícios das pesquisas desenvolvidas em Ribeirão Preto, estão o desenvolvimento de alimentos biofortificados que auxiliam na melhora do crescimento e saúde da população brasileira; o atendimento quanto à qualidade do leite de produtores, principalmente aos agricultores familiares e treinamento de extensionistas rurais (CATI) da região de Ribeirão Preto; a produção de sementes, genética vegetal e insumos estratégicos; análises de patologias em plantas de Citrus (único laboratório do estado de São Paulo que realiza o diagnóstico de cancro em plantas de citros); identificação de pragas agrícolas, controle biológicos em ambientes de produção e silvestres; e análise de alimentos de origem animal para segurança alimentar e saúde pública.

Polo Regional Vale do Paraíba:

Localizado em Pindamonhangaba, com 350 ha, a unidade desenvolve pesquisa participativa com agricultores familiares da reforma agrária, sistemas agroecológicos de produção vegetal, resgate da sócio biodiversidade de plantas, fortalecendo a agricultura familiar para a

recuperação de matas ciliares e reserva legal na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul. Comportamento de mandioca de mesa, oleaginosas (mamona e pinhão manso), espécies florestais e frutíferas nativas, Apicultura, Aquicultura, Arroz Irrigado, Reprodução animal, Comercio Solidário, Geociências, Horticultura (olericultura, Plantas Medicinais, Flores Tropicais), Parasitologia Animal e Vegetal, Truticultura, Inseminação Artificial por Tempo Fixo (IATF), Geociências: Adequação ambiental e qualidade de água. Ecotoxicologia, 2011 a 2015 -Programa de melhoramento de arroz irrigado, Sanidade Apícola, Hortaliças (plantio direto, medicinais , agrofloresta), Frutíferas nativas, comércio solidário, compostagem de resíduo de pescado e casca de coco, Manejo de carrapatos, controle de pragas, adequação ambiental, ecotoxicologia, consórcio na aquicultura tanque rede, IATF, adequação ambiental, truticultura.

Entre os benefícios já alcançados estão o resgate de hortaliças medicinais, frutíferas, flores, incremento da produtividade e agregação de valor do arroz e peixes, qualidade do leite e hortaliças com uso racional dos agrotóxicos, tecnologias ao produtor, conservação ambiental e incremento na produtividade agropecuárias (abelhas, IATF, agroflorestal e compostagem).

Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Tatuí:

Com 15 ha, a fazenda foi adquirida pelo Governo do Estado em 1933. Entre os estudos desenvolvidos estão a pesquisa participativa com agricultores familiares na Cadeia Produtiva do Bambu; a avaliação das características agrônômicas (comportamento regional) de cultivares de milho pipoca, milho silagem e milho convencional e transgênico, na região Sudoeste do Estado de São Paulo e Avaliação da adaptabilidade de linhagens de Feijoeiro na região de Tatuí - SP.

com apoio financeiro das empresas e pessoas físicas locais; Melhoramento Genético do Milho Pipoca; Ensaio de Valor de Cultivo e Uso de Linhagens de Milho Pipoca; Avaliação Regional de Cultivares de Milho Convencional e Transgênico no Estado de São Paulo; Avaliação Regional de Cultivares de Milho para Produção de Silagem; Ensaio de Valor de Cultivo e Uso de Feijoeiro; Mapeamento das Coleções do Bag-Bambu do Sistema IAC / APTA e Caracterização das Espécies Simpodiais Prioritárias com Potencial Agrônômico; Produção de Sementes Básicas de Grandes Culturas e Cereais de Inverno da APTA/SAA.

Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Itapetininga/SP:

Com 139 ha, a UPD Itapetininga tem como principal linha de pesquisa a Ovinocultura, com projetos ligados à produtividade do milho e da soja em sistemas integrados de produção agropecuária. Entre os principais benefícios à sociedade, está o desenvolvimento de tecnologias para a agricultura familiar.

Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Itapeva/SP:

Com cerca de 32 ha cobertos por piquetes, mata ciliar, pinus e cultivo de grãos, A UPD Itapeva é responsável por um sistema de semi-confinamento de suínos para manejo e nutrição. Entre os trabalhos desenvolvidos estão a inseminação artificial; manejo sustentável; nutrição e melhoramento de suínos; comportamento animal; bem-estar animal; desempenho; tratamento de dejetos; experimentos com alimentos alternativos (feno de rami, silagem de milho, rolão de milho, etc); e utilização de soja grão tostada no preparo de rações.

Entre os objetivos da unidade estão a contribuição com o desenvolvimento sustentável, capacitando tecnicamente os agricultores familiares proporcionando incremento de geração de renda ; o aumento do nível de capacitação profissional para o pequeno produtor, permitindo a introdução de novos padrões tecnológicos; o aumento do nível de renda e ocupações produtivas dos suinocultores; acesso a tecnologias aos produtores; contribuir para a melhoria das condições de vida dos agricultores; criar e implementar mecanismos que estimulem os criadores a se fixarem no campo; além de elevar os índices produtivos e reprodutivos dos suinocultores da região; disponibilizar técnicas para treinamento de inseminação artificial propriamente dita e assistência técnica aos produtores; realização de cursos, boletins técnicos e promover treinamento de produtores; monitoração zootécnica,

sanitária dos produtores envolvidos; localização estratégica e conhecida pelos suinocultores; potencial para parcerias com órgãos governamentais e entidades privadas; e por fim a capacidade de potencializar a maior região produtora de grãos do Estado de São Paulo (milho e soja).

Atualmente, a unidade conta com dois projetos de pesquisa registrados: o “Projeto Inova”, de produção de diluente tipo B.T.S., e “Soja Grão para suínos em crescimento e terminação: tempo ideal de tostagem”. Por fim, a unidade ainda estuda a possibilidade de disponibilização de material genético suíno superior por meio da construção e certificação de Central de Sêmen.

Sobre a APqC

Criada em 1977 como uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, a Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC) tem como intuito defender a pesquisa científica e os Institutos de Pesquisa, além de seus recursos humanos, pesquisadores científicos e pessoal de apoio à pesquisa, que pertencem a quatro Secretarias de Estado do Governo de São Paulo. São eles: na Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento estão o Instituto Agrônomo, Instituto Biológico, Instituto de Economia Agrícola, Instituto de Pesca, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Instituto de Zootecnia e Departamento de Descentralização do Desenvolvimento (Polos Regionais), coordenados pela Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. Já na Secretaria de Estado do Meio Ambiente: o Instituto de Botânica, Instituto Florestal, Instituto Geológico. Na Secretaria de Estado da Saúde: Instituto Adolfo Lutz, Instituto Butantan, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, Instituto Lauro de Souza Lima, Instituto Pasteur, Instituto de Saúde e a Superintendência do Controle de Endemias. Na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional: o Instituto Geográfico e Cartográfico. E, por fim, no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: os Laboratórios de Investigação Médica.

Atualmente, o maior problema enfrentado por todos os Institutos de Pesquisa do Estado e levantado pela APqC junto ao Ministério Público é a falta de força de trabalho. Todos os Institutos atualmente somam, juntos, cerca de 1.560 pesquisadores em atividade – sendo que deveria ter em torno de 2.450 -, dos quais 62% está com idade acima de 50 anos. Mais de um terço (35%) dos cargos de pesquisador científico estão vagos nos 19 Institutos. Na soma de todas as carreiras, incluindo os cargos de apoio técnico e administrativo, os Institutos estão operando com menos da metade, aproximadamente, do quadro de funcionários que deveriam ter. do quadro de funcionários que deveriam ter, e o agravante é que, atualmente, 63% está acima de 50 anos. A outra metade foi esvaziada ao longo dos últimos anos por aposentadorias, mortes, exonerações e perda de funcionários para outras instituições.

A degradação dos Institutos, aliado ao descaso do Governo do Estado quanto às condições de trabalho dos cientistas paulistas, é uma preocupação constante do setor, que alerta sobretudo quanto a um possível e próximo apagão científico no Estado de São Paulo.

Komunica Assessoria de Imprensa

Jornalista responsável: Luciana Barros (Mtb: 46.501-SP)

(19) 3032.5494 / 98876.5178

Atendimento de contas: Caroline Balduci

lu@komunicaassessoria.com.br

www.komunicaassessoria.com.br